

BIBLIOTECÁRI@S PROGRESSIST@S: formação e atuação política comprometidas com a garantia de direitos

Gilvanedja FERREIRA MENDES DA SILVA (UFPB) - gilvanedja@gmail.com

Mendes, Gilvanedja. (Instituição - a informar) - gilvanedja@biblioteca.ufpb.br

Resumo:

Busca apresentar e discutir a urgente necessidade da formação e atuação dos profissionais bibliotecários no campo progressista, refletindo sobre o papel desempenhado pelas instituições de ensino responsáveis pela formação intelectual desse profissional, especificamente as do campo da Biblioteconomia, dos órgãos de classe e a ação política que podem fazer em prol da formação, valorização, reconhecimento, defesa da própria profissão e de diversos temas existentes na sociedade que merecem um olhar e uma atuação comprometidos com a democratização do acesso à informação para garantia de direitos, justiça, inclusão social e exercício da cidadania por todas as pessoas. Traz uma breve revisão bibliográfica por meio de conceitos e discussões teóricas de diversos autores: Rodrigues (2002), Sobrinho (2003), Severino (2009), Bergantiños (2011), Silva (2012), Telésforo (2012), Mendes (2018). Finaliza apontando os desafios e necessidade de formação e atuação política do profissional bibliotecário/a frente ao cenário atual de retrocessos e ameaças aos direitos já conquistados.

Palavras-chave: *Biblioteconomia progressista. Bibliotecário - formação política. Bibliotecário - atuação política.*

Eixo temático: *Eixo 5: O farol do advocacy*



XXVIII Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

Vitória, 01 a 04 de outubro de 2019.

Resumo expandido de comunicação científica

1 INTRODUÇÃO

Partindo-se da premissa que a construção e exercício da cidadania está intimamente relacionada à questão do acesso e uso da informação, a formação política, de acordo com Telésforo (2012), em sentido bastante amplo, é aquilo que forma os indivíduos para desempenharem a atividade política de modo cada vez mais eficaz em todas as suas dimensões, o que inclui não apenas a capacidade de compreender a realidade em múltiplos níveis, mas também a de atuar nela de modo concreto.

Ao se falar em formação profissional, faz-se necessário refletir sobre o papel desempenhado pelas instituições de ensino responsáveis pela formação intelectual do bibliotecário/a. Apesar da evidente efervescência política no ambiente universitário, em que, de maneira geral, as universidades se apresentam como espaços que ricos em debates e participação política que geram novos conhecimentos e práticas sociais que reverberam para além de seus muros, [...], tradicionalmente, e ainda modernamente, as universidades são consideradas entidades apartidárias, não possuindo formalmente uma função de proselitismo ou de formação político-partidária (COSTA *et al.*, 1994, não paginado).

O presente trabalho parte da premissa de que, nos dias atuais, a ausência de uma formação política mais densa é percebida em discursos e práticas que ainda defendem como único papel da universidade a

preparação de técnicos a serviço do mercado de trabalho, numa postura meramente profissionalizante, desconhecendo a necessidade não só da formação científica, mas também de uma densa e consistente formação política (SEVERINO 2009, p.158).

No campo da Biblioteconomia, ainda é forte a defesa de que, conforme afirma Silva (2012), o bibliotecário não deve ser em sua prática profissional, nem de esquerda, nem de direita, ou de centro, devendo ser totalmente apolítico e neutro.

Diante dessas visões, o presente trabalho tem como objetivo trazer reflexões acerca da formação e da atuação dos profissionais bibliotecários, principalmente num momento em que a sociedade cobra maior participação política e social desses profissionais. Entende-se como urgente a discussão da temática da formação e da atuação do profissional Bibliotecário, frente aos processos de tomada de decisão, sejam decisões na esfera pública ou privada, em âmbito local, estadual, nacional, nos mais diferentes espaços sociais e políticos.

2 FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO BIBLIOTECÁRIO: os desafios em tempos de retrocessos

O filósofo grego Aristóteles já afirmava que o homem é por natureza um animal político, sendo esta uma dimensão essencial da vida humana. De acordo com Azambuja (2008, p.10), a finalidade da política consiste em “[...] organizar a sociedade de tal modo que nela seja possível a cada cidadão viver uma vida virtuosa e feliz e não apenas materialmente confortável”.

Nesse sentido, falar de *formação política* é, em sentido amplo, refletir sobre aquilo que nos forma para desempenhar a atividade política de modo cada vez mais eficaz em todas as suas dimensões; o que inclui não apenas a capacidade de compreender a realidade em múltiplos níveis, mas também a de atuar nela de modo concreto. Essa formação política exige uma série de competências, de habilidades: “como saber fazer trabalhos de mobilização, de articulação, de mediação e negociação, de agitação e propaganda, de formulação, etc. Formação política, portanto, não é apenas aprender a pensar, mas também aprender a fazer” (MENDES, 2018, p.210).

O aprender a fazer se refere à participação, entendida aqui com base no contexto da promulgação da Constituição Federal do Brasil em 1988, apelidada de Constituição Cidadã, “como aquela proveniente da participação dos cidadãos nos lugares públicos participativos, institucionalizados ou não, visando intervir nos processos de tomada de decisão pública” (BERGANTIÑOS, 2011; TEIXEIRA, 1997, p.27).

É consenso que a Biblioteconomia não é simplesmente um conjunto de técnicas neutras e desvinculadas da sociedade. A construção do conhecimento por meio da educação é, em si própria, um ato político, como sugere Paulo Freire (1979), portanto, a Biblioteconomia não pode ser considerada isenta de abordagens dessa natureza em seus currículos.

Observa-se que nas últimas décadas, embora a Biblioteconomia tenha passado por uma grande reformulação em seu discurso e na sua formação acadêmica, procurando sair

um pouco do tecnicismo norte-americano e adequar-se a novas perspectivas de mercado relacionada à utilização das tecnologias como suporte em suas atividades profissionais, ainda há certo esquecimento no que tange ao potencial de atuação social, política, educativo e cultural dos seus profissionais.

A formação curricular em Biblioteconomia ainda age, em seu contexto histórico, como instrumento crucial de valorização das questões administrativas e técnicas em detrimento das potencialidades sociais, o que indica uma Biblioteconomia despolitizada em seu processo de formação. Embora muito importante, o movimento associativo e sindical bibliotecário não despertou de fato uma luta política em favor dos interesses da sociedade.

Moraes, Silva e Silva Neto (2009, p. 57) consideram que:

o início da organização sindical bibliotecária no Brasil dá-se quase concomitantemente com a entrada do neoliberalismo no cenário político, fato que promove a adequação do bibliotecário aos padrões ideológicos neoliberais, confirmando a visão de uma Biblioteconomia reprodutora da ideologia dominante, dos valores daqueles que detêm o poder. É preciso oferecer, contudo, novas marcas para a Biblioteconomia, como ações de cunho coletivo, desenvolvimento de projetos que satisfaçam as necessidades da sociedade e tornem essa área do conhecimento e da formação profissional mais reconhecida e legitimada perante as demandas contemporâneas.

No atual contexto em que se verifica uma crise política instaurada no Brasil, preocupa a passividade e a defesa de neutralidade na atuação do bibliotecário/a frente ao contexto político e econômico brasileiro. Segundo Almeida Júnior (1995) em sua obra *Biblioteca pública*, o bibliotecário, para muitas pessoas, tem sido considerado passivo, guardião do passado, ocioso, inútil, sem função social, funcionário público, dentre outras atribuições.

Talvez falte ao bibliotecário a real consciência de que ele pode atuar como instrumento de mudança social, pois a defesa da liberdade intelectual, a garantia do pluralismo do conhecimento e a defesa do livre acesso à informação são atividades políticas exercidas diretamente ou indiretamente pelos profissionais da informação. Vê-se, com essa constatação, o quão é importante o papel das universidades na missão de

[...] formar sujeitos autônomos, participativos e críticos, com qualidade formal e política, capacitados a refletir e produzir novos conhecimentos acerca de sua prática profissional e, fundamentalmente, comprometidos com a emancipação e o exercício da cidadania (RODRIGUES, 2002, p.22).

Rodrigues (2002, p.15) afirma que:

o papel desta instituição é oferecer uma formação que vá além de profissionalização por competências, ou seja, para o mercado, mas que resgate o espírito participativo e político quanto ao cuidado com o mundo, com a educação e com sua própria vida, enquanto sujeito que tem liberdade para agir.

Portanto, a Biblioteconomia pode e deve se configurar como uma “instituição política” e compensatória das desigualdades crescentes entre ricos e pobres em informação, amenizando assim as lutas de classes oriundas do sistema político-ideológico atual que se transpõem para dentro e fora dos campos de atuação do bibliotecário.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se urgentemente necessário reforçar o proposto por Spudeit, Moraes e Correa (2016): um diálogo e integração política maior e mais evidente entre os diferentes setores/áreas de estudos/pesquisas na área, capaz de propiciar a aproximação dos currículos, das práticas pedagógicas e do fazer profissional às múltiplas realidades sociedade brasileira por meio do exercício de uma política cotidiana de ação para além do discurso, se é que o desejo é que as mudanças não sejam somente de aparência.

Mudanças profundas em nossa sociedade acontecerão quando cada bibliotecário/a tiver a coragem de ousar e “sair da caixinha” para agir maneira mais revolucionária, exercendo seu papel de agente de transformação social que deseja ter seu foco na inclusão social da massa de excluídos que circundam as grandes cidades e grande parte do país.

Essa formação e atuação precisa propiciar a defesa de um projeto ético, político e crítico da profissão comprometido com a construção do projeto de emancipação humana e com a defesa dos direitos sociais; pois se a construção da cidadania está intimamente relacionada à questão do acesso e uso da informação, a conquista de direitos políticos, civis, sociais e os deveres dos cidadãos são reivindicados e reconhecidos mediante a ampla circulação dessa informação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública**: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. São Paulo: APB, 1995. (Ensaio APB, n. 15).

AZAMBUJA, D. **Introdução a Ciência Política**. 2.ed. São Paulo: Globo, 2008.

BERGANTINÓS, N. Participación y (des)afecciones ciudadanas: algunas experiencias del País Vasco. In: X CONGRESO DE AECPA: LA POLÍTICA EM LA RED, 2011, Murcia. Anais... Murcia: AECPA, 2011. p. 1-27.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Acesso em: 19 mar. 2017.

COSTA, J. B. *et al.* Universidade: espaço institucional para o desenvolvimento político. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v.2, n.1, abr. 1994. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1994000100003. Acesso em: 15 dez. 2017.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MORAES, Marielle Barros de; SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA NETO, Casemiro. Um pouco da história do sindicalismo brasileiro e a organização sindical do bibliotecário. **Universidade e Sociedade**, Distrito Federal, n. 43, jan. 2009.

RODRIGUES, M. E. F. A formação profissional em Biblioteconomia: superando limites e construindo possibilidades. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v.7, n.13, p.13-24, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2002v7n13p13/5212>. Acesso em: 15 dez. 2017.

SEVERINO, J. A. Expansão do ensino superior: contextos, desafios, possibilidades. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas (SP), v.14, n.2, p.253-266, jul. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772009000200002&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 21 dez. 2017.

SOBRINHO, José Dias. Educação Superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: Políticas e gestão da Educação Superior: transformações recentes e debates atuais. São Paulo: Xamã; Goiânia: Alternativa, 2003.

SPUDEIT, Daniela Fernanda Assis de Oliveira.; MORAES, Marielle Barros de.; CORREA, Elisa Delfini. Formação política do bibliotecário no Brasil. **Rebecin**, v.3, n.1, p.24-46, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://www.abecin.org.br/revista/index.php/rebecin>>. Acesso em: 6 jan.2018.

TELÉSFORO, J. **A importância da formação política para os movimentos sociais**. 2012. Disponível em: <<https://brasiledesenvolvimento.wordpress.com/2012/08/30/a-importancia-da-formacao-politica-para-os-movimentos-sociais/>>. Acesso em: 10 abr. 2016.